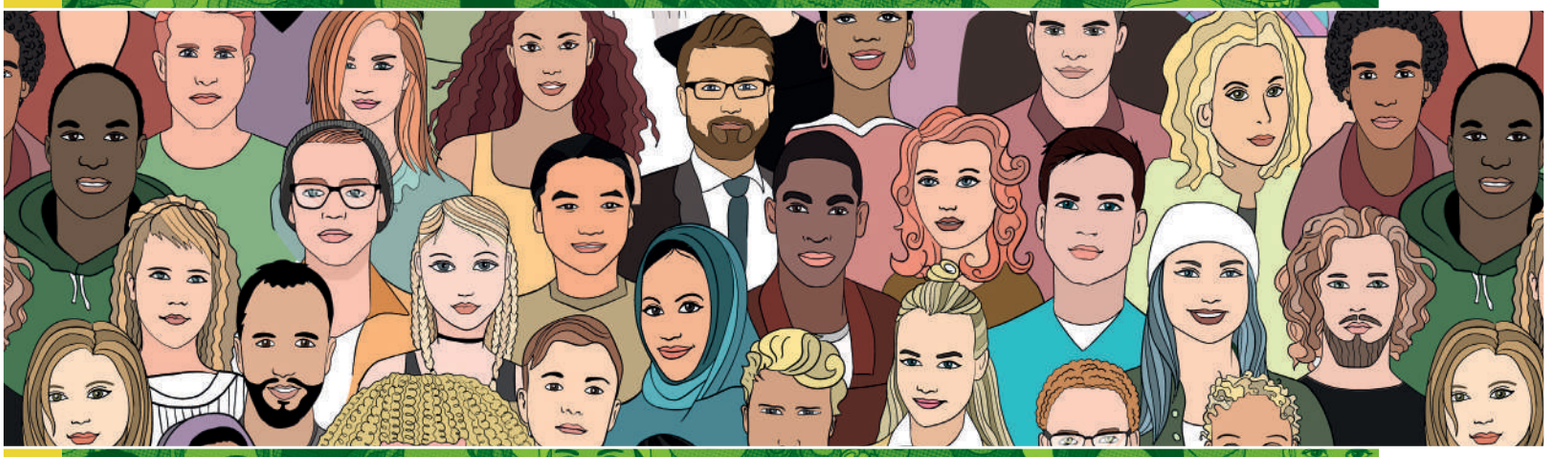
ELEIÇÕES 2022

#seuvotofazopaís

O Brasil só muda com o
VOTO CONSCIENTE
da Classe Trabalhadora



ESTRATÉGIAS SINDICAIS

CNTI

FILIADA À NCST NOVA CENTRAL

Sindilegis
A SERVIÇO DO BRASIL

ELEIÇÕES 2022: ESTRATÉGIAS, ANÁLISES E REFLEXÕES PARA A CLASSE SINDICAL

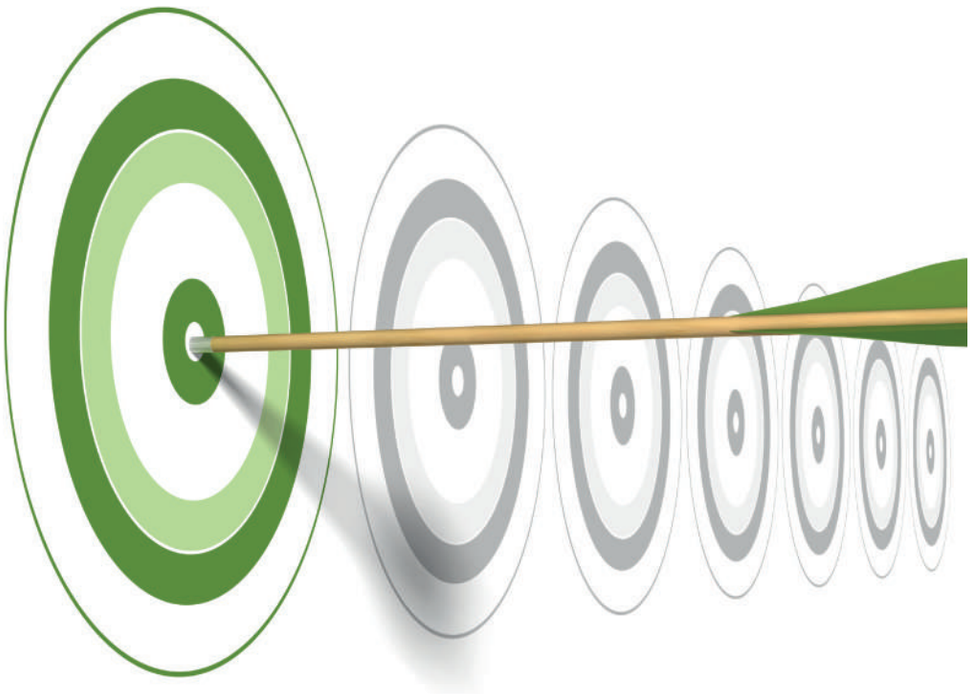
Por Aprígio Guimarães
(Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria)

As eleições gerais de **2022** se aproximam, elas coincidem com a celebração do Bicentenário da Independência e com os 90 anos da conquista do Voto Feminino. Nelas as eleitoras e eleitores brasileiros irão eleger o presidente da República, 27 governadores, 27 senadores, 513 deputados federais e 1.059 deputados estaduais. **Por isso, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), visando ampliar a transparência, garantir maior valorização do voto e maior participação feminina na política, neste boletim, apresenta uma síntese da atuação parlamentar, desde 2016, com ênfase nos três anos e meio da 56ª legislatura, iniciada em fevereiro de 2019, e que é simultâneo ao período de mandato da atual Presidência da República.**

Esta síntese, além de revelar o voto parlamentar em matérias estratégicas e de alto impacto na vida e na realidade social da população brasileira, também irá demonstrar o quanto os atos do Executivo Federal, seja no governo de Michel Temer, mas, sobretudo do presidente Jair Bolsonaro, afetaram e afetam drasticamente as políticas públicas de proteção social, atentando contra a sobrevivência individual e coletiva com a destruição de direitos fundamentais nos âmbitos: trabalhista, previdenciário, ambiental, sanitário, educacional, cultural, dentre outros.

Objetivamente, o que se pretende com essa publicação e os Encontros Estaduais sobre Estratégias Sindicais: Eleições de 2022, realizados entre os meses julho, agosto e setembro, é ampliar a visão de quem for votar, municiando seu ato com a consciência de que esse é um gesto de cidadania efetiva e real que revela a urgência de transformação da política nacional e é, também, a demonstração de que a população eleitora pode dar um SIM às candidaturas daqueles/as que estiveram e estão ao seu lado, além daquelas novas candidaturas que se revelam já atuantes em seu nome e um NÃO às que foram e são contra a manutenção e garantia de direitos e políticas públicas, sobretudo para quem depende do trabalho para viver.

A veracidade da atuação do Governo Federal e como votou cada parlamentar sobre os temas mais relevantes e polêmicos desta legislatura, comparados aos de legislaturas anteriores, quando, por exemplo, confrontada com a reforma trabalhista, a regulamentação da terceirização e o teto de gastos, pode-se afirmar que o atual parlamento está entre os mais cruéis com a população em geral e dos piores em termos de matérias que afrontaram direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, inclusive os previstos na Constituição.



A CONJUNTURA POLÍTICA E OS DONOS DO PODER

Por José Reginaldo Inácio
(Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria)

O professor Maurício Abdala quando nos disse, em maio de 2017, sobre 13 pontos para embasar uma análise de conjuntura[1], nos alertou de certas armadilhas que podemos cair ao não compreender quem, de fato, domina a política num Estado democrático capitalista. Vejamos alguns destes pontos que podem nos ajudar para a escolha consciente do voto:

1. O verdadeiro exercício do poder é invisível. O que vemos, na verdade, é a construção planejada de uma narrativa fantasiosa com aparência de realidade para criar a sensação de participação consciente e cidadã dos que se informam pelos meios de comunicação tradicionais.
2. Os donos do poder não apoiam partidos ou políticos específicos. Sua tática é apoiar quem lhes convém e destruir quem lhes estorva. Isso muda de acordo com a conjuntura. O exercício real do poder não tem partido e sua única ideologia é a supremacia do mercado e do lucro.
3. Assim, os donos do poder não querem um governo ou outro à toa: eles queriam [conseguiram a quase totalidade], a reforma na Previdência, o fim das leis trabalhistas, a manutenção do congelamento do orçamento primário, os cortes de gastos sociais para o serviço da dívida, as privatizações e o alívio dos tributos para os mais ricos.
4. Se a conjuntura [indicasse] que Temer não [era] o melhor para isso, não [hesitariam] em rifá-lo. A única coisa que NÃO QUEREM é que o povo brasileiro decida sobre o destino de seu país.
5. A queda de Temer podia [assim como, hoje, a de Bolsonaro] ser uma coisa boa. Mas é um movimento tático em uma estratégia mais ampla de quem comanda o poder. O que realmente importa é o que virá depois.

Se considerarmos as advertências pontuais do professor Maurício Abdala, então passamos a compreender o porquê Jair Messias Bolsonaro ainda permanece na Presidência da República, apesar de até o dia 20/07, segundo site de notícias da UOL[2], já contar com 145 pedidos de impeachment.

[1] ABDALLA, Maurício. 13 pontos para embasar qualquer análise de conjuntura. Maio 24, 2017. Disponível: https://diplomatique.org.br/13-pontos-para-embasar-qualquer-analise-de-conjuntura/

[2] Disponível: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/20/apos-ataque-as-urnas-pedidos-de-impeachment-de-bolsonaro-chegam-a-145.amp.htm

OS PEDIDOS DE IMPEACHMENT NO BRASIL

Para melhor compreender o que mencionamos acerca da permanência de Bolsonaro no comando do país, **apresentamos um breve histórico do número de pedidos de impeachment dos presidentes da República, desde a redemocratização do país, e aí fica mais claro como se dá o *jogo de interesses do capital*, como se expressa o seu poder, para *daí*, em seguida, apresentar as consequências para o povo brasileiro em todas as dimensões sociais e ambientais**.

Segundo matéria do site de notícias da UOL, aconteceu, em média, **um pedido de impeachment de Bolsonaro a cada pouco menos de 9 dias**.

Jair Bolsonaro, desde o 2º semestre de 2021 já tinha mais que o dobro do número de pedidos de impeachment de Dilma Rousseff. É importante destacar que a quantidade de solicitações de afastamento de Bolsonaro supera em 48 à soma de pedidos impeachment de Collor e de Dilma juntos, sem entrar no mérito das contraditórias deposições desses últimos.

Dos pedidos de impeachment dirigidos a Bolsonaro, além das razões envolvendo as centenas de milhares de vítimas da pandemia do Covid-19, também se somam as inúmeras manifestações antidemocráticas, ataques ao sistema eleitoral brasileiro ou aos outros poderes, acusações por quebra de decoro, ataques à imprensa, improbidade administrativa, abuso de poder, desmonte aos órgãos de combate à corrupção, entre outras medidas de esvaziamento de políticas públicas.

PRESIDENTES	TEMPO NO CARGO	PEDIDOS DE IMPEACHMENT
Fernando Collor (PRN)	2 anos e 289 dias	29
Itamar Franco (PMDB)	2 anos e 3 dias	4
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	8 anos	24
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	8 anos	37
Dilma Roussef (PT)	5 anos e 243 dias	68
Michel Temer (PMDB)	2 anos e 123 dias	31
Jair Bolsonaro (PSL)	3 anos e 200 dias (20/07/22)	145

Fonte: Câmara dos Deputados – adaptação e atualização própria. Disponível: https://radioriomarfm.com.br/em-1-ano-e-300-dias-bolsonaro-tem-mais-pedidos-de-impeachment-do-que-dilma-em-cinco-anos-e-todos-os-outros-presidentes/ Acesso: 19/07/2022

MENTIRAS QUE CONTRIBUEM PARA OS CRIMES DE ÓDIO E DE VIOLÊNCIA

Você sabia que as disseminações do ódio, da violência, da corrupção, dentre diversos outros crimes são também desencadeados por informações e/ou notícias falsas (fake news), distorções da verdade e dos fatos, ou seja, pela mentira? Sabia, também, que um dos maiores disseminadores de mentiras do país está na presidência da República? Que seus aliados e seguidores propagam essas mentiras e com isso também contribuem para as mais diversas formas de violência e crimes ocorridos na sociedade e nas instituições públicas ou privadas?

Pois é, **em 1.301 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.100 declarações falsas ou distorcidas.** Esta informação é atualizada por checagens que são feitas semanalmente pela equipe do *Aos Fatos* e pode ser acompanhada diretamente no site. Lá é destacado que se trata de uma base que agrega todas as declarações de Bolsonaro feitas a partir do dia de sua posse como presidente.

[https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/ - atualizada: 26 de agosto de 2022]

A BANCADA EVANGÉLICA FOI A QUE MAIS VOTOU CONTRA A POPULAÇÃO

Não se pode esquecer que a ordem estabelecida atual chegou ao extremo de decretar[3] como essenciais e vitais, durante o estado calamidade (pandemia de Covid-19), as atividades religiosas, para que alguns setores religiosos pudessem entreter e justificar a morte e a espera de um devir sagrado, glorioso, aos que aqui se purificarem na extrema exaustão laboral (mórbida ou letal) e sacrificarem seus corpos e espíritos aos *deuses do mercado*.

Na matéria "A Bancada Evangélica foi a bancada que mais votou contra a população", publicada[4] no *site Somos 99*, em 25 de setembro de 2018, pode-se ter uma ideia de como as corporações capitalistas são protegidas pela bancada evangélica no Congresso Nacional: "A bancada evangélica sempre se colocou como defensora da família, da justiça, da moral e dos bons costumes. Mas na prática é bem diferente: a bancada sempre votou a favor das reformas antipopulares, prejudicando mais as famílias brasileiras".

[3] BRASIL. Decreto n. 10.292, de 25 de março de 2020. Diário Oficial da União, 26 mar. 2020.

[4] Disponível em: https://somos99.org/2018/09/25/a-bancada-evangelica-foi-a-bancada-que-mais-votou-contra-a-populacao/amp/. Acesso em: 20 set. 2019.

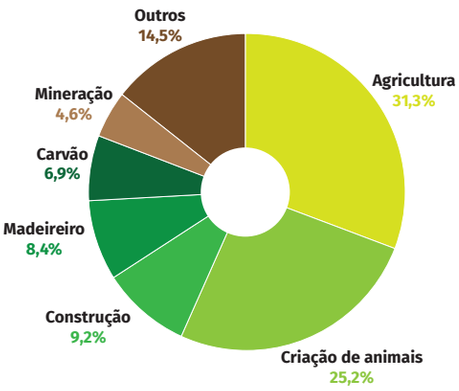
O PODER DA FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA (FPA) E AS CONSEQUÊNCIAS

O êxito de uma estratégia, esse é o nome do artigo[5] de Marcio Pochmann no qual destaca que: "com 257 deputados federais, somente a FPA conseguiu responder pela metade do total dos parlamentares pertencentes à Câmara dos Deputados. A força quantitativa da bancada parlamentar ruralista resultou não apenas da ocupação de parte dos postos de comando no Legislativo (Câmara e Senado), bem como na composição tanto nos ministérios do Poder Executivo como nas indicações do Poder Judiciário", razão pela qual questões socioambientais são contínuas e provocam impactos diretos no campo e na cidade, em que pese a relevância e o reconhecimento do setor na economia brasileira.

Mesmo que animadores em uma perspectiva econômica, é urgente considerar os impactos socioambientais causados pela superexploração do meio ambiente e das populações atingidas pelo setor, sobretudo à indígena. A busca desenfreada pelo desenvolvimento e lucro imediato, sob proteção do Executivo Federal e conivência de parte significativa dos demais poderes, não somente o desrespeito às legislações ambientais, à indígena. A busca desenfreada pelo desenvolvimento:

- **Conflitos socioambientais** – "Em 2021, as 1.242 violências por terra no Brasil envolveram 164.782 famílias. [...] Os assassinatos somaram 35, um aumento de 75% em relação a 2020, quando 20 pessoas foram mortas"[6] ;
- **Extermínio de povos indígenas;**
- **Trabalho escravo;**
- **Grilagem de terras, inclusive com invasão de territórios indígenas;**
- **Desmatamento e queimadas criminosas;**
- **Extermínio da biodiversidade** (muitas espécies da fauna e da flora entram em extinção, pois não conseguem sobreviver nas pequenas reservas que restam de seu ecossistema);
- **Esgotamento dos mananciais** (a contínua retirada de água de mananciais e de reservatórios de águas subterrâneas pela atividade acarreta a diminuição do volume ou até mesmo o esgotamento de rios e lençóis freáticos);
- **Contaminação do solo, ar e água.** O uso indiscriminado de agrotóxicos, fertilizantes e antibióticos, além de contaminar o ar, o solo e a água no meio rural, também provoca invalidez e adoecimento da população atingida, trabalhadora ou não;
- **Geração de resíduos:** é cada vez maior a quantidade de resíduos gerados durante a produção agropecuária no Brasil. Esse fato pode ocasionar problemas no descarte desses materiais e, como resultado, contaminação ambiental, já que muitos dos resíduos gerados, como potes de agrotóxicos e as fezes dos animais, devem ter uma destinação especial.

Como ressalta Pochmann, "apesar da contida presença da população e, por consequência, da quantidade de eleitores vinculados ao meio rural, a conquista do voto para a formação da bancada do agronegócio tem sido bem-sucedida. Sinal disso é o crescente descompasso existente entre a minoritária população de eleitores no meio rural (13% do total) e a maior representação política do ruralismo no parlamento (50% do total). O fato de o sistema eleitoral vigente favorecer a decisão do voto no candidato, muito mais do que na legenda partidária ou no programa e ideário defendidos, permite que o poder econômico se estabeleça com maior capacidade ao atuar de forma organizada", o que, infelizmente, não tem ocorrido com as representações da classe trabalhadora.



Quando se soma os setores escravagistas com alguma ligação com a agropecuária (agricultura – 31,3%; criação de animais – 25,2%; madeireiro – 8,4%; e carvão – 6,9%), tem-se que 71,8% do trabalho escravo no Brasil pode guardar alguma relação com a FPA.

O levantamento da Agência Pública, mesmo que de 31/10/2017, mostra a presença de empreiteiros entre maioria dos empregadores, composta por fazendeiros e empresários do agronegócio, que apesar do alto envolvimento com crimes ambientais e da exploração do trabalho em condições análogas à escravidão, até de indígenas, conseguem eleger a maior bancada do Congresso nas eleições de 2018. Mais informações: https://apublica.org/2017/10/no-mapa-o-trabalho-escravo-no-brasil/

Enquanto, continuadamente organizadas, por exemplo, as bancadas evangélica e ruralista crescem e atuam para aumentar e ampliar suas riquezas, propriedades, privilégios e a descriminalização de seus atos, quase sempre às custas da injustiça e da desigualdade social, valendo-se, prioritariamente, da destruição de direitos e de políticas públicas à população, principalmente à classe trabalhadora, a bancada sindical tem encolhido.

5 Disponível: https://terapiapolitica.com.br/o-exito-de-uma-estrategia/

6 Conflitos no campo: Brasil 2021 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Goiânia: CPT Nacional, 2022.

URGÊNCIA ELEITORAL 2022 – AMPLIAR A BANCADA SINDICAL NO CONGRESSO

Enquanto, continuadamente organizadas, por exemplo, as bancadas evangélica e ruralista crescem e atuam para aumentar e ampliar suas riquezas, propriedades, privilégios e a descriminalização de seus atos, quase sempre às custas da injustiça e da desigualdade social, valendo-se, prioritariamente, da destruição de direitos e de políticas públicas à população, principalmente à classe trabalhadora, a bancada sindical tem encolhido.

Mandato	Nº Sindicalistas
1991 a 1994	25
1995 a 1998	36
1999 a 2002	40
2003 a 2006	74
2007 a 2010	64
2011 a 2014	83
2015 a 2018	51
2019 a 2022	35

BANCADAS INFORMAIS – 2019 a 2023	
Principais	Atribuição
Empresarial	Manteve
Ruralista	Manteve
Sindical	Reduziu
Mulheres	Aumentou
Parentes	Manteve
Segurança	Aumentou
Evangélica	Aumentou

Fonte: Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2019-2023 / Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília: DIAP, 2018 - Adaptação própria.

Se observarmos o que acontece a partir da eleição de 2014, quando inicia a redução da quantidade de lideranças sindicais no parlamento federal, chegando, aproximadamente, à drástica queda de 58% o número de representantes da classe trabalhadora no pleito eleitoral de 2018, fica evidente que as bases da destruição contínua das políticas públicas, da precarização irrestrita dos direitos e das proteções sociais do trabalho e da população em geral, tem sustentação, em grande parte, com o enfraquecimento da bancada sindical já no início da legislatura de 2015, seguida da deposição da presidente Dilma Rousseff (2016), vindo a culminar, na atualidade, com um dos piores momentos da história brasileira.

COMO ACOMPANHAR OS ATOS DOS TRÊS PODERES

Hoje em dia é fácil identificar para as trabalhadoras e trabalhadores de que lado está boa parte daqueles que estão nas instituições de poder, seja do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Diversos sites, blogs e plataformas de informações e dados estão disponíveis (proposição de projetos, votações, sentenças...) e nestes se destacam cada personalidade envolvida e como se posicionou em relação aos temas em discussão ou deliberação.

Aqui indicamos alguns deles que visam contribuir na atualização e depuração de informações e de dados, além de facilitar o acompanhamento das ações e comportamento dos entes envolvidos, com destaque aos/às parlamentares:

- Tribunal Superior Eleitoral – www.tse.jus.br
- Câmara dos Deputados – www.camara.leg.br
- Senado Federal – www.senado.leg.br
- Transparência Brasil – www.transparenciabrasil.org.br
- Intervozes – https://intervozes.org.br/
- Contas Abertas – https://contasabertas.com.br/
- Blog de política – www.poder360.com.br/
- Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – www.mcce.org.br
- Congresso em Foco – www.congressoemfoco.com.br
- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) www.diap.org.br
- Voto Consciente – www.votoconsciente.org.br
- Plataforma pela reforma do Sistema Político – https://reformapolitica.org.br/
- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) www.pacs.org.br
- Centro Feminista de Estudo e Assessoria (CFEMEA) www.cfemea.org.br
- Plataforma online e gratuita de capacitação Impulsa https://impulsa.voto/
- Aos fatos - www.aosfatos.org/
- ONG Elas no Poder – https://elasnopoder.org/
- Câmara dos Deputados - Curso Mulheres na Política – https://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/site/2378/mulheres-na-politica/
- Politize – www.politize.com.br/eleicoes-2020/
- Vote Nelas – http://jornadadacandidata.com.br/
- Instituto Alziras – www.alziras.org.br/

PRECARIZAÇÃO IRRESTRITA – DESDE 2016

A precarização irrestrita iniciada em 2016, com impacto direto sobre as classes trabalhadoras, sua organização e a população em geral, foi duramente iniciada após o golpe institucional – envolvendo a estrutura dos Três Poderes – perpetrado contra a presidente Dilma Rousseff. Aqui separamos em dois momentos. Primeiro, a partir do governo Temer e, em seguida, com Bolsonaro, como resultado do enfraquecimento das bases políticas e democráticas do país, a intensificação da desestruturação e, até mesmo, da destruição de direitos fundamentais e de políticas públicas às populações vulneráveis e, mais ainda à classe trabalhadora.

Diz o professor Francisco de Aquino Júnior: ***"a política tem a ver com a organização e o governo da sociedade". Razão pela qual, "interfere na vida de todas as pessoas e, por isso, deve interessar a todos" e, muito mais às trabalhadoras, trabalhadores e às suas lideranças. Afinal, "educação, saúde, terra, moradia, aposentadoria, saneamento básico, estrada, preço dos alimentos, do gás e do combustível, direitos trabalhistas, dentre tantas coisas que interferem decisivamente em nosso cotidiano, passam pela política. A garantia ou negação desses bens tão fundamentais para nossa vida depende de opções e decisões políticas. Basta recordar a importância fundamental do SUS nessa pandemia da Covid-19 (o que seria de nosso povo sem o SUS, mesmo sucateado e desidratado?) e o impacto do aumento absurdo do preço da cesta básica, do gás e do combustível. Tudo isso tem a ver com política: o SUS é uma política de saúde e o aumento de preços está ligado à política econômica".***

(Disponível: https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-quem-interessa-a-demonizacao-da-politica-por-francisco-de-aquino-junior/)

Do governo Michel Temer

- **Emenda Constitucional 95, de 2016 (EC 95/2016), a dita "regra de ouro"** (nela, para o povo, nem a certeza de água tratada, que também é um bem mineral, está garantida), o processo de afastamento do papel do Estado na garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição.

A EC 95/2016, **ao estabelecer o teto de gastos, dá autorização para o Estado não cumprir com políticas públicas e garantir os direitos sociais fundamentais para a manutenção dos pilares determinantes na sustenção de um Estado Democrático de Direitos, ainda que capitalista.**

A principal amostra da desgraça mortífera do que é a EC 95/2016 é que ela não deixa que o Estado brasileiro (nacional, estadual e municipal) sequer cumpra com o Art. 196 da CF, já que os efeitos dessa emenda intensificaram até mesmo a dizimação seletiva do povo brasileiro, impulsionada pelo governo Bolsonaro, aonde mais de seis centenas de milhares de vítimas fatais, em sua maioria evitáveis e em idade ativa para o trabalho.

Ainda com Temer, violações à direitos e crimes contra a classe trabalhadora passam a ser regulados em leis:

Nas leis 13.429/17 – terceirização irrestrita; e 13.467/17 – reforma trabalhista, na qual a degradação das condições e proteção social do trabalho é bem simbolizada no *contrato zero-hora*[7] , que usa a máscara do *contrato de trabalho intermitente*, o que inclusive fez foi piorar as condições e os direitos até de quem já se encontrava sujeito à precariedade da terceirização. A última lei veio a impor uma série de osbstáculos à organização sindical: desde a ruptura da autonomia das assembleias até a violação impeditiva às formas de arrecadação para a sustentação da ação política sindical.

Na tabela abaixo é possível observar o quanto o apoio parlamentar e de diversos partidos ao governo Temer, em 2017, garantiu com que fosse aprovada a "reforma trabalhista", cujas consequências, desde então, têm sido nefastas às condições e direitos de quem depende do trabalho para viver.

votação do texto-base da reforma trabalhista
Câmara dos Deputados - 26 de abril de 2017 (22h29)

	partido	bancada	presentes (às 22h29)	% de presença (sobre o total da bancada)	pró-Temer: votos a favor	pró-Temer: % de votos a favor (entre os presentes)	anti-Temer: votos contra	anti-Temer: ausentes, abstenções e obstruções	anti-Temer: total contra (votos contra + ausentes + abstenções)	anti-Temer: % de votos contrários (votos contra + ausentes + abstenção)
governo	PMDB	64	59	92,19%	52	88,14%	7	5	12	18,75%
	PP	47	43	91,49%	34	79,07%	9	4	13	27,66%
	PSDB	47	44	93,62%	43	97,73%	1	3	4	8,51%
	PR	39	35	89,74%	28	80,00%	7	4	11	28,21%
	PSD	37	34	91,89%	29	85,29%	5	3	8	21,62%
	PSB	34	30	88,24%	14	46,67%	16	4	20	58,82%
	DEM*	30	30	100,00%	29	96,67%	0	0	0	0,00%
	PRB	23	19	82,61%	15	78,95%	4	4	8	34,78%
	PTB	18	17	94,44%	13	76,47%	4	1	5	27,78%
	SD	14	13	92,86%	5	38,46%	8	1	9	64,29%
	PSC	10	10	100,00%	8	80,00%	2	0	2	20,00%
	PPS	9	9	100,00%	6	66,67%	3	0	3	33,33%
	PHS	7	6	85,71%	2	33,33%	4	1	5	71,43%
	PV	6	6	100,00%	4	66,67%	2	0	2	33,33%
indefinidos	PEN	3	3	100,00%	2	66,67%	1	0	1	33,33%
	PTN	13	12	92,31%	7	58,33%	5	1	6	46,15%
	Pros	5	5	100,00%	1	20,00%	4	0	4	80,00%
	PT do B	4	4	100,00%	1	25,00%	3	0	3	75,00%
	PRP	1	1	100,00%	1	100,00%	0	0	0	0,00%
	PSL	2	2	100,00%	1	50,00%	1	0	1	50,00%
	PMB	1	1	100,00%	0	0,00%	1	0	1	100,00%
oposição	PT	58	56	96,55%	0	0,00%	56	2	58	100,00%
	PDT	19	16	84,21%	1	6,25%	15	3	18	94,74%
	PC do B	11	9	81,82%	0	0,00%	9	2	11	100,00%
	Psol	6	6	100,00%	0	0,00%	6	0	6	100,00%
	Rede	4	4	100,00%	0	0,00%	4	0	4	100,00%
	total	512**	474	92,58%	296	62,45%	177	38	215	41,99%

* o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) presidia a sessão e não votou, conforme estabelece o art. 17 da Casa.
** há 1 deputado que não está em exercício
fonte: Câmara dos Deputados
elaboração: **Poder360/Drive**

[7] MAEDA, Patrícia. A Era dos zero direitos: trabalho decente, terceirização e contrato zero-hora. São Paulo: LTr, 2017.

Do governo Bolsonaro

Recordista em MPs, delas algumas tiveram impacto direto no ambiente laboral, nas condições e nos direitos de quem trabalha ou é afastado do trabalho (seja por adoecimento, seja por invalidez) ou aposentado:

- **Nas leis 13.844/19 (MP 870/19)** – estruturação ministerial que extinguiu o Ministério do Trabalho e da Previdência. Ato simbólico e real da interdição do diálogo do Executivo federal com a classe trabalhadora. Cessar, calar a voz do trabalhador e da trabalhadora; 13.846/19 (MP 871/19) – que sob o pretexto de combater a fraude na Previdência praticamente restringiu o acesso ao benefício acidentário e/ou auxílio doença e promoveu intensamente a cessação de benefícios de mesma natureza. Pode-se afirmar que essa MP foi o balão de ensaio da PEC 06/2019 – "reforma" da Previdência (EC 103/19);
- **MP 873/19** (caducou, mas provocou impacto imenso ao sindicalismo laboral, afinal ratificava a exigência da autorização prévia e expressa do trabalhador para qualquer forma de contribuição ou receita para as entidades sindicais, além de proibir o desconto dessa rubrica em folha pagamento, e isso aconteceu drasticamente durante sua vigência);
- **A Lei 13874/19** – derivada MP 881/19, apelidada como a MP da liberdade econômica e minirreforma trabalhista, que, dentre outros pontos adversos a quem está empregado, ao desobrigar o controle de ponto em empresas com até 20 empregados, afeta o controle de jornada, intervalos intrajornada e hora extra..., dando carta branca aos patrões para ampliar acordos individuais nesse sentido;
- **A Emenda Constitucional 103/19 (PEC 06/2019)** – "reforma" da Previdência, que, em meio a seus ataques aos direitos previdenciários, praticamente descaracterizou e inviabilizou a aposentadoria por condição especial de trabalho onde o insalubre e o periculoso permanece sem controle e mantêm a doença, a mutilação, a invalidez e a morte como um espectro normatizado imposto e administrado pelos Três Poderes à classe trabalhadora.

Previdência: quem votou contra o direito dos trabalhadores

Segundo destaca matéria (2019) do *Brasil de Fato*[8]: em 20 das 27 bancadas estaduais, projeto que retira direitos teve apoio de mais de 70% dos parlamentares.

Uma radiografia de como votaram deputados e deputadas de cada estado na reforma da Previdência mostra que o apoio ao projeto do governo Bolsonaro, que retira direitos dos trabalhadores sem mexer nos privilégios da elite econômica, obteve maioria dos votos em 26 das 27 bancadas. Em 20 delas, foi maior que 70%. Em 11, o "sim" superou a casa dos 80%.

Deputados governistas comemoram a vitória do projeto que aumenta tempo de contribuição e reduz valor do benefício - Lula Marques | Fotos Públicas

O estado com apoio proporcionalmente maior foi Santa Catarina: 94% dos deputados disseram "sim" ao projeto (15 votos a favor e 1 contra).

O Ceará foi o único lugar onde a bancada se dividiu ao meio, com 11 votos para cada lado. Em Pernambuco também houve relativo equilíbrio, com 11 votos pelo "não" e 14 pelo "sim" (56%).

[8] Brasil de Fato: São Paulo (SP) | 11 de julho de 2019, disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/07/11/previdencia-veja-quem-votou-contra-os-trabalhadores-na-camara-estado-por-estado

POR QUE É URGENTE MUDAR A MAIORIA PARLAMENTAR E AMPLIAR A BANCADA SINDICAL NO CONGRESSO NACIONAL?

Primeiro, porque as decisões e escolhas políticas, desde 2016, pioraram muito a vida no país. O governismo, o apoio parlamentar às propostas do governo (Temer e Bolsonaro) impôs severas consequências trabalhistas, previdenciárias, sociais, sanitárias, ambientais, dentre outras, no país. Cresce a escalada da miséria, da fome, violência, perseguição política, êxodo educacional, devastação ambiental, retrocesso vacinal, desinvestimento em pesquisa e cultura, assédio, racismo, misoginia, xenofobia...:

- Estudo da PUCRS demonstrou que a renda média dos brasileiros que vivem em metrópoles (cerca de 80 milhões), principalmente dos mais pobres, regrediu aos patamares iniciais da série histórica de acompanhamento de 2012;
- Segundo a Fipe, no total, 55,7% dos reajustes ficaram abaixo da inflação, 15,1% dos salários tiveram reajuste igual ao INPC e apenas 29,2% ficaram acima, além disso, nos próximos meses, a inflação prevista ainda não deixará espaço para ganhos reais;
- Para piorar, 24,5% dessa população vivem em domicílios com renda per capita de menos de um quarto de salário-mínimo, pouco mais de R$300,00 por mês;
- Fome atinge 33 milhões de habitantes. Número que é quase o dobro se comparado a 2020. Insegurança alimentar, falta de acesso regular ao que comer, já atinge 58% da população, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;
- INSS tem mais de 1 milhão de segurados na fila da perícia médica. Greve de peritos, pandemia e falta de servidores pioram situação de quem precisa de benefício. Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/;
- Investimento em educação é o menor em dez anos, mostra levantamento. Fonte: Assufrgs;
- Vacinação infantil despenca no país e epidemias graves ameaçam voltar; a cobertura vacinal caiu ao menor índice das últimas décadas. Fonte: Agência Senado;
- Três mulheres morrem por dia no Brasil por feminicídio, segundo Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fonte: agenciabrasil.ebc.com.br;
- Desmatamento da Amazônia bate recorde em abril. De acordo com o sistema DETER/INPE a floresta perdeu 1.012 km² de vegetação, um aumento de 74% em relação ao mesmo mês em 2021.

Segundo, porque o apoio parlamentar ao presidente Bolsonaro tem sido recorrente e muito elevado, mesmo diante de sistemáticos atos que acentuam e atestam sua incapacidade e ineficiência política na condução da presidência da República. Uma administração governamental praticamente imersa em crises intermináveis e de extrema gravidade, impondo no país um permanente estado de caos: institucional, político, moral, social, econômico, ambiental, sanitário, diplomático, democrático, dentre outros. Sem contar com a suspeição incontida de inúmeros crimes, cuja dimensão tem sido institucionalizada em sua cútis obscura em previsões orçamentárias com emendas secretas circulantes entre casas do Executivo e do Legislativo federal, e, mesmo assim, ou exatamente por isso, o **governismo do atual Congresso**, ou melhor, o alinhamento dos/as parlamentares da Câmara (em 1583 votações) e do Senado (em 366 votações) com o governo Bolsonaro, ao que pode constatar, é escandaloso.

O GOVERNISMO (%) EM PLENÁRIO		
BRASIL	Câmara	Senado
Geral	74	83
Masculino	75	83
Feminino	68	82

Fonte: Congresso em Foco – atualizada em 07/07/2022. Disponível: https://radar.congressoemfoco.com.br/governismo/camara

A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE PODER

Sônia Zerino (NCST)

Por Sônia Zerino
Nova Central Sindical de Trabalhadores

A noção de representação política na democracia brasileira, relativa, em grande parte, à eleição de candidatos aptos a representar, de forma contundente, os diversos grupos que constituem a população, representa ponto central para a efetivação de direitos e garantias. Nesse sentido, considerando as disparidades e problemáticas estruturais que atingem as minorias no que concerne à ocupação de espaços de poder, verifica-se uma dificuldade de correção de iniquidades e violências no aspecto institucional.

Por conta desse cenário, revela-se a urgência e a imprescindibilidade da efetiva representação destes grupos como instrumento para a elaboração e execução de políticas públicas, garantia de direitos, viabilização de políticas afirmativas e ampliação da participação formal/institucional e possibilidade de influência na agenda política. Por conta da atual conjuntura, que congrega sistemáticas e progressivas crises de representação política, aprofundamento da estratificação social e da crise econômica e a proximidade do período eleitoral, é importante compreender os desafios à representatividade política das minorias e as perspectivas de melhora, com vistas a efetivar uma real democracia.

O primeiro ponto importante para iniciar a discussão é compreender que o termo "minoria" aqui utilizado, diferente do que pode parecer, não se refere à quantidade de indivíduos que integram determinado conjunto de pessoas, mas a agrupamentos que, em razão de processos socioeconômicos históricos, estão em situação de desvantagem face aos grupos hegemônicos, o que causa reflexos que podem interferir negativamente nos mais diversos aspectos de suas vidas, a exemplo de sua situação financeira, social, laboral, política e cultural, gerando disparidades que ultrapassam o aspecto individual e passam a refletir desigualdades estruturais.

O Brasil precisa superar o cenário da sub-representação das mulheres na política, pois alcançar esse nível aumenta a qualidade da democracia representativa.

O eleitorado é composto por 52,50% de mulheres. Apesar da predominância no direito de votar, esse fictício poder de conduzir os rumos políticos do país não se traduz em mandatos eletivos para as mulheres.

Nesse sentido, é importante contribuirmos para a plena participação das mulheres na política e pela igualdade de oportunidades por mais mulheres nos espaços de discussão coletiva e de tomada de decisão.

Nas eleições de 2022 vamos fazer a diferença tornar palco do protagonismo feminino e colocar a nossa voz a serviço da democracia.

Sabemos que as minorias têm uma percepção aguçada para diversos temas, principalmente, aqueles que se referem a nós, fator que é essencial para a construção de políticas públicas, cuja discussão não pode ser terceirizada ou delegada a quem não possui a mesma percepção das dificuldades e dos desafios que enfrentam no dia a dia.

Desafios da mulher

Antes de apresentar dados da participação política da mulher em ambientes mais abrangentes trago para nosso conhecimento e reflexão informações sobre a participação feminina nas entidades sindicais.

A CNTI realizou pesquisa acerca das características das presidências de entidade sindical de trabalhadores no setor da indústria e constatou que é preciso ampliar e criar mecanismos de incentivo para possibilitar a participação da mulher na defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários. **É oportuno e necessário que as mulheres participem das diretorias de suas entidades sindicais** para que possam inserir pautas e ações que possam ofertar repercussão com propriedade de opção de vencer dificuldades, que não são poucas, para ocupar espaços no mercado de trabalho.

A título exemplificativo, temos que as mulheres no meio sindical ocupam lugar inexpressivo, sendo que menos de um terço exercem cargos de presidência, no setor da indústria (pesquisa DIEESE/CNTI).

Os avanços da classe trabalha-

dora foram conseguidos com unidade de ações entre homens e mulheres, e as pautas de reinvindicação se constituem em forte instrumento para que as mulheres estejam presentes e atuantes. Assim temos que aprofundar o ingresso de mulheres nas esferas de representação participativa.

Apesar de enxergarmos um aumento do trabalho feminino na reestruturação das cadeias produtivas, a desproporcionalidade de oportunidades e de tratamento isonômico ainda está presente.

- **Trabalho e renda**
  - Conforme o informativo "Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil", realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi apurado que mulheres tiveram[1]:
    - "em 2019, as mulheres receberam 77,7% ou pouco mais de ¾ do rendimento dos homens"[2];
    - ocupação de cargos gerenciais de 37,4%, contra 62,6% dos homens; e
    - taxa de participação na força de trabalho de 54,5%, contra 73,7% dos homens;
  - Conforme estudo realizado pelo IPEA3, no segundo trimestre de 2019, a taxa de ocupação das mulheres era 46,2%, contra 64,8% dos homens e "no mesmo período de 2020, houve redução para 39,7% no caso das mulheres e 58,1% para os homens", demonstrando uma intensificação no quadro em que as mulheres tinham maior probabilidade de perder seus postos de trabalho do que os homens.
  - O rendimento nesses negócios também é menor para as mulheres em relação aos homens, bem como o número de horas despendidas para a realização das atividades laborais, possivelmente em razão das duplas e triplas jornadas enfrentadas pelas trabalhadoras. Ratificando esse ponto, trago dado do IBGE que aponta que **"em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens** (21,4 horas contra 11,0 horas)[4].
  - Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas últimas eleições municipais (2020), **do total de 557 mil candidaturas em todo Brasil**, pouco mais de 187 mil, ou seja, **apenas 33,6%, foram de mulheres,** tendo sido eleitas nove mil para cargos de prefeita, vice-prefeitas e vereadoras. É fato que o percentual de candidaturas de mulheres supera o cumprimento da cota exigida (30%), mas está longe do potencial de representatividade que nós mulheres temos.

- **Educação**
  - Conforme o informativo "Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil" realizado pelo IBGE, segundo a PNAD Contínua 2019, "entre a população com 25 anos ou mais, 40,4% dos homens não tinham instrução ou possuíam apenas fundamental incompleto, proporção que era de 37,1% entre as mulheres", o que demonstra que a iniquidade no mercado de trabalho não se deve ao nível de escolarização.

Desafios das pessoas pretas e pardas

- **Trabalho e renda**
  - Conforme o relatório "Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2021", realizado pelo IBGE, no ano de 2020, foi apurado que pessoas negras/pardas tiveram[5]:
    - taxas de proporção de pessoas em ocupação informal de 44,7%, contra 31,8% das pessoas brancas; e
    - taxas de desocupação de 15,9%, contra 11,1% das pessoas brancas;
  - Conforme o informativo "Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil" realizado pelo IBGE, foi apurado que pessoas negras/pardas tiveram[6]:
    - rendimento médio real habitual do trabalho principal de:
      - R$ 1.608,00, contra R$ 2.796,00 das pessoas brancas, o que totaliza **uma diferença de R$ 1.188;**
    - ocupação de cargos gerenciais de 29,9%, contra 68,6% das pessoas brancas; e
    - um percentual de 32,9% de pessoas abaixo da linha da pobreza[7], contra 15,4% das pessoas brancas.

[1] Dados retirados do estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil/ IBGE. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf> Acesso em 03.08.2022.

[2] Fonte: estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil/ IBGE. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf> Acesso em 03.08.2022.

[3] Dados retirados da Nota Mercado de Trabalho: conjuntura e análise / IPEA. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/210512_bmt_71_nota_tecnica_a3.pdf>. Acesso em 02.08.2022.

[4] Dados retirados da pesquisa Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784> Acesso em 12.02.2022.

[5] Dados retirados do relatório Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2021/ IBGE. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2021/12/Sintese-de-Indicadores-Sociais-Uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populacao-brasileira-2021.pdf> Acesso em 02.08.2022.

[6] Dados retirados do informe Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil/ IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf?fbclid=IwAR2ZQEhrnmq78P9dBVw-LclC3p7FvXlcmmovcj8kXLjv2ZhI-_kUyz287Jk#:~:text=Nesse%20ano%2C%20havia%2039%2C0,%2Dse%20pr%C3%B3ximas%20a%2060%25.> Acesso em 02.08.2022.

[7] Inferior a US$ 5,50/dia

- **Educação**
  - Conforme o informativo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil" realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi apurado que pessoas negras/pardas tiveram[8]:
    - Uma taxa de analfabetismo de 9,1%, contra 3,9% das pessoas brancas.
- **Segurança**
  - Conforme o informativo "Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil" realizado pelo IBGE, foi apurado que pessoas negras/pardas tiveram[9]:
    - uma taxa de 98,5 homicídios a cada 100 mil jovens, contra 34 das pessoas brancas.

Desafios dos indígenas

- **Trabalho e renda**
  - De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os povos indígenas representam quase 19% da população que está na faixa da extrema pobreza (vivem com menos de US$ 1,90 por dia)[10].
  - Com base em estudo realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), a porcentagem de indígenas brasileiros vivendo em situação de extrema pobreza (18%) é seis vezes maior do que a proporção no restante da população do país.[11]
- **Educação**
  - Conforme pesquisa realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), os povos indígenas que vivem no Distrito Federal têm menor renda e menor nível educacional que o restante da população do DF.[12]
  - Em pesquisa realizada pela Cepal, verificou-se que cerca de **20% dos jovens indígenas latino-americanos de 12 a 17 anos não frequentam a escola.** [13]
- **Segurança**
  - De acordo com pesquisa realizada pelo Atlas da Violência elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2021, **a taxa de mortes violentas de indígenas aumentou 21,6%,** saindo de 15 por 100 mil indígenas, no ano de 2009, para 18,3, em 2019. Segundo a pesquisa, o movimento oposto ocorreu a partir da queda da taxa de assassinatos em geral no país, que foi de 27,2 para 21,7 por 100 mil habitantes.[14]
  - [15]Em estudo realizado entre a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o IBGE e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), concluiu-se que a população indígena apresenta os mais elevados níveis de mortalidade na faixa etária de 0 a 20 anos, dentre todas as categorias de cor/raça (branca, preta, parda, amarela e indígena) investigadas pelos censos demográficos brasileiros. A violência contra as comunidades indígenas, assassinato de lideranças, invasão e contaminação ambiental dos territórios tradicionais, alarmantes níveis de suicídio em diversas comunidades estão entre as principais causas apresentadas pela pesquisa.

Desafios da população LGBTQIA+

- **Trabalho e renda16**
  - De acordo com estudo feito pela plataforma #VoteLGBT com a Box1824, **6 em cada 10 pessoas LGBTQIA+ tiveram diminuição de renda ou perderam o emprego por causa da pandemia da Covid-19.** Segundo a pesquisa, a taxa de desemprego entre as pessoas que integram a comunidade é de 17,15%, mas,

8 Dados retirados do informe Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil/ IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf?fbclid=IwAR2ZQEhrnmq78P9dBVw-LclC3p7FvXlcmmovcj8kXLjv2ZhI-_kUyz287Jk#:~:text=Nesse%20ano%2C%20havia%2039%2C0,%2Dse%20pr%C3%B3ximas%20a%2060%25.> Acesso em 02.08.2022.

9 Dados retirados do informe Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil/ IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf?fbclid=IwAR2ZQEhrnmq78P9dBVw-LclC3p7FvXlcmmovcj8kXLjv2ZhI-_kUyz287Jk#:~:text=Nesse%20ano%2C%20havia%2039%2C0,%2Dse%20pr%C3%B3ximas%20a%2060%25.> Acesso em 02.08.2022.

10 Dados retirados da Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais / OIT. Disponível em <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Convenção%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Convenção%20OIT%20n%20º%20169.pdf> Acesso em 02.08.2022

11 Dados retirados do relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40668-la-matriz-la-desigualdad-social-america-latina> Acesso em 02.08.2022

12 Dados retirados do Estudo "População indígena Um primeiro olhar sobre o fenômeno do índio urbano na Área Metropolitana de Brasília" / Codeplan <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/População-ind%C3%ADgena-Um-primeiro-olhar-sobre-o-fenômeno-do-índio-urbano-na-Área-Metropolitana-de-Bras%C3%ADlia.pdf> Acesso em 02.08.2022

13 Dados retirados do relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40668-la-matriz-la-desigualdad-social-america-latina> Acesso em 02.08.2022

14 Dados retirados do Atlas da Violência no Brasil (2021) / IPEA E FBSP. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> Acesso em 02.08.2022

15 Dados retirados de estudo realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com demógrafos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), . Disponível em <https://www.abrasco.org.br/site/gtsaudeindigena/2020/04/28/mortalidade-superlativa-povos-indigenas-e-as-tragicas-manifestacoes-das-desigualdades-em-saude/> Acesso em 02.08.2022.

16 Dados retirados de notícia acerca do estudo feito pela plataforma #VoteLGBT com a Box1824. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/seis-em-cada-10-pessoas-lgbtqia-perderam-renda-ou-emprego-na-pandemia/> Acesso em 02.08.2022

quando analisadas apenas as pessoas trans, o percentual sobe para 20,47%.

- Com a drástica redução de renda causada pela pandemia, 41,53% da população LGBTQIA+ está em situação de insegurança alimentar. Em relação às pessoas trans, o percentual sobe para 56,82%.
- De acordo com pesquisa realizada pela organização Mais Diversidade, divulgada pela CNN, cerca de 54% da população LGBTQIA+ não se sente segura para falar sobre sua orientação sexual no trabalho.[17]
- Conforme dados extraídos de pesquisa do *Center For Talent Innovation*, divulgada pela Catho, foi constatado que **33% das empresas existentes no Brasil não contratariam pessoas LGBTQIA+** para cargos de chefia, e 41% dos funcionários LGBTQIA+ afirmam já terem sofrido algum tipo de discriminação em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero no ambiente de trabalho. [18]
- Segundo levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em 2020, cerca de 90%, na prostituição, 4% possuem emprego formal e 6% possuem emprego informal. [19]

Educação[20]

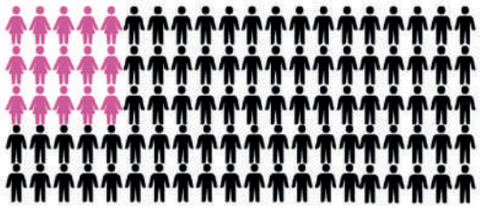
- Em pesquisa realizada com base nos dados obtidos pelas denúncias recebidas por meio do Disque 100, iniciativa do Ministério dos Direitos Humanos, em 2017, constatou-se que a LGBTfobia é a terceira maior causa para bullying.
- A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil de 2016 apontou **que 73% das e dos estudantes LGBTQIA+ já relataram terem sido agredidos verbalmente e outros 36% fisicamente.** A intolerância sobre a sexualidade levou 58,9% das/os alunas/os que sofrem agressão verbal constantemente a faltar às aulas pelo menos uma vez ao mês.
- De acordo com o estudo realizado por docentes do Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB) da Universidade Federal de São Carlos (UFScar), 32% dos LGBTQIA+ entrevistados afirmaram sofrer preconceito na sala de aula por causa de sua orientação sexual.[21]

[22]Segurança

- Segundo a plataforma *Trans Murder Monitoring* (TMM), o **Brasil é o país que mais mata mulheres trans e travestis no mundo.**[23]
- O Brasil passou do 55º lugar de 2018 para o 68º em 2019 no ranking de países seguros para a população LGBT.
- De acordo com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), após as eleições presidenciais de 2018, 51% das pessoas LGBTQIA+ relataram ter sofrido algum tipo de violência motivada pela sua orientação sexual ou identidade de gênero. Destas, 94% sofreram violência verbal. Em 13% das ocorrências as pessoas sofreram também violência física. [24]

Participação de minorias sociais na política em números

MULHERES



15% dos parlamentares na Câmara dos Deputados são mulheres[25]

12% dos parlamentares no Senado Federal são mulheres[26]

17 Dados retirados de pesquisa realizada pela organização Mais Diversidade divulgada pelo CNN. Disponível em <hhttps://www.cnnbrasil.com.br/business/lgbtqi-54-nao-sentem-seguranca-no-ambiente-de-trabalho//> Acesso em 02.08.2022

18 Dados retirados de pesquisa realizada pelo Center for Talent Innovation. Disponível em <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/lgbt/comunidade-lgbtqia-no-mercado-de-trabalho-e-seus-desafios/> Acesso em 02.08.2022

19 Dados retirados de boletim emitido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org> Acesso em 02.08.2022

20 Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/> Acesso em 02.08.2022

21 Dados retirados de pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Disponível em: <https://www.ufscar.br/servicos/noticias.php?idNot=8317>

22 Dados retirados do boletim emitido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em <https://antrabrasil.org/category/violencia/> Acesso em 02.08.2022

23 Dados retirados da plataforma Trans Murder Monitoring (TMM). Disponível em <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring/> Acesso em 02.08.2022

24 Dados retirados de pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Disponível em <https://www.abglt.org> Acesso em 02.08.2022

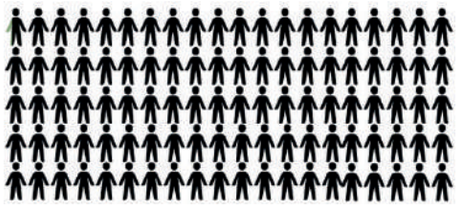
25 Fonte: Agência Brasil. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/camara-dos-deputados-tera-15%25-de-mulheres> Acesso em 02.08.2022

26 Fonte: Agência Brasil. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/camara-dos-deputados-tera-15%25-de-mulheres> Acesso em 02.08.2022

PRETOS E PARDOS

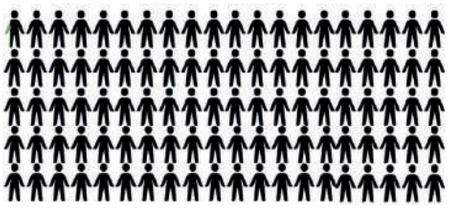
37,41% dos candidatos eleitos se declaram pardos e 5,62% se declaram pretos[27]

INDÍGENAS



Joênia Wapichana é a única indígena no Congresso Nacional, o que proporcionalmente representa 0,16% dos 594 parlamentares[28]

LGBTQIA+



Apenas três parlamentares no Congresso Nacional se declaram publicamente como LGBTQIA+, o que proporcionalmente representa 0,4% dos 594 parlamentares[29]

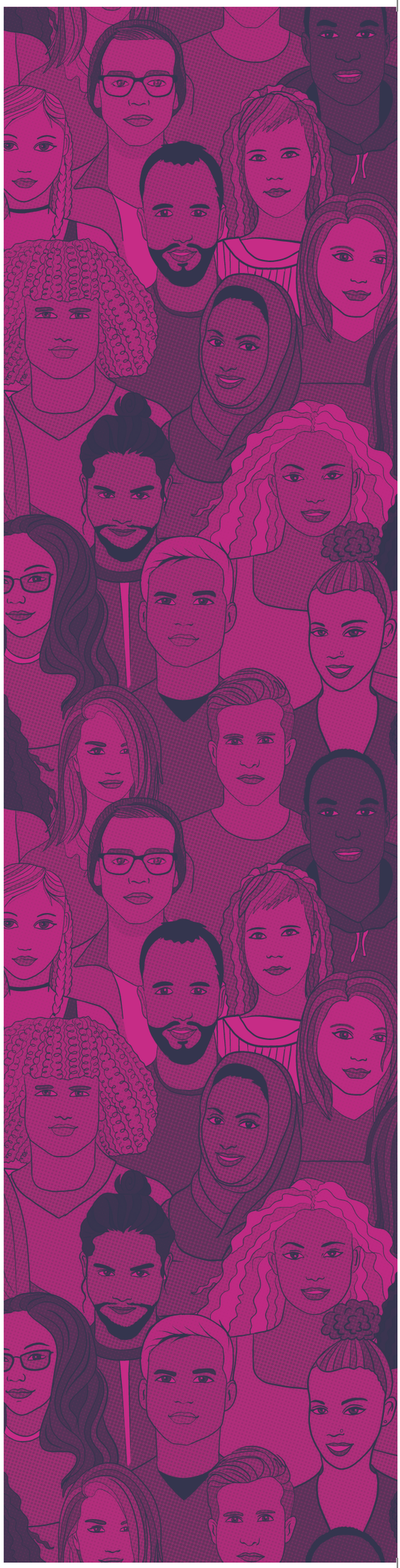
Uma vez entendida a importância da representação das minorias em espaços de poder, e passando para a questão da qualidade dessa representação, destaca-se que o fato de um integrante desses grupos alcançar a eleição não necessariamente implica em uma representatividade de determinado segmento, uma vez que a plena participação também depende da defesa das respectivas pautas no parlamento, razão pela qual, por exemplo, o aumento de mulheres na política não implica diretamente em uma defesa da equidade de gênero no Congresso.

Partindo desse cenário, é fundamental que, além do debate social, se faça o exercício ativo da cidadania nos processos eleitorais, sobretudo no que se refere à construção de uma dinâmica democrática alinhada às garantias constitucionais brasileiras. Sob essa perspectiva, o voto configura um importante símbolo de uma luta histórica e instrumento de transformação política e social, visto que permite à população eleger representantes cuja atuação seja congruente às demandas sociais existentes no país.

27 Fonte: Congresso em foco com dados do TSE. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/sub-representacao-negra-nos-tres-poderes-escancara-racismo-brasileiro/>Acesso em 02.08.2022

28 Dados da Agência Câmara de Notícias. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/546065-primeira-deputada-indigena-eleita-tem-como-prioridade-a-defesa-da-inclusao-e-da-sustentabilidade/> Acesso em 02.08.2022

29 Dados retirados de levantamento do sítio Veduca. Disponível em <https://www.blog.veduca.org/post/parlamentares-lgbt-sao-05-do-congresso> Acesso em 02.08.2022



O BRASIL SÓ MUDA COM VOTO CONSCIENTE DA CLASSE TRABALHADORA

Por Alison Souza
Presidente do Sindilegis

As eleições democráticas são uma conquista importante de nossa classe e a participação nelas é essencial, por possibilitar nossa inserção no debate sobre os rumos para o país e, especialmente, para que possamos pautar e garantir, junto aos que pretendem dirigir o país e participar do parlamento nos próximos anos, temas que efetivamente atendam aos interesses dos trabalhadores, do setor público e privado, que, no período mais recente, vêm sofrendo um verdadeiro massacre, com perdas de direitos e ataques sistemáticos.

Mesmo as eleições sendo, muitas vezes, o campo das promessas (boa parte não cumpridas), temos a obrigação de participar e intervir, sem ilusões e sem abandonar as lutas, muitas das quais acontecerão exatamente durante o período eleitoral: datas-bases, dissídios, elaboração do Orçamento da União etc.

Por esse motivo, **o Sindilegis e Sindjus, junto com outras entidades, realizaram, em maio de 2022, o Congresso Pensar Brasil**, onde compareceram, além de especialistas, vários dos candidatos à Presidência da República, para discutir os rumos do país.

Pelo mesmo motivo, o Sindilegis se uniu à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) na construção do presente evento, onde disponibilizará os resultados obtidos no Congresso Pensar Brasil para contribuir com o debate.

O Pensar Brasil possibilitou que chegássemos a conclusões importantes para a elaboração de propostas para o futuro governo do país e que contribuam para o fortalecimento da democracia, o desenvolvimento econômico e social sustentável e a diminuição das desigualdades. O resultado do evento, inclusive, está sendo entregue a todos os presidenciáveis, apresentando reflexões sobre trabalho e empreendedorismo, meio ambiente, economia e tributação, ciência e educação, agronegócio, administração pública e direitos humanos.

Em um país marcado pelas desigualdades sociais e regionais, o Seminário reforçou a importância de defesa do Estado Social estabelecido pela Constituição Federal de 1988, o que só é possível com a consolidação de uma administração pública de qualidade e voltada para resultados, por meio da alocação dos recursos necessários para implementação das políticas públicas, bem como pela recomposição do quadro de servidores, mediante concurso público, garantindo a remuneração e qualificação adequadas para a prestação dos serviços públicos essenciais para a nossa população, notadamente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, ciência e tecnologia e combate à corrupção.

Tais temas devem ser submetidos aos candidatos para que eles se posicionem e apresentem qual o modelo de estado que defendem.

Não podemos discutir a participação da classe trabalhadora nas eleições sem debater a importância de garantirmos uma maior participação das mulheres, dos negros, dos indígenas e da população LGBT+ nas eleições, na política e na luta sindical. Esse tema também faz parte do encontro e é mais um dos motivos que leva à parceria do Sindilegis com a CNTI.

Além dos motivos citados, para nós, que fazemos o Sindilegis, é muito importante a aproximação com os setores da classe, com todas as centrais, as federações, os sindicatos e os movimentos populares, para, independentemente de qualquer divergência, buscarmos aquilo que nos une e nos fortalece para lutarmos contra os ataques aos trabalhadores, sejam do setor público, sejam do setor privado, e voltarmos a conquistar direitos.

Nos anos mais recentes, os companheiros do setor privado sofreram uma perda significativa de direitos, culminando com a reforma trabalhista, que, além de trazer mais perdas, foi um verdadeiro ataque ao movimento sindical, querendo destruir nossa principal forma de representação e defesa: os sindicatos.

No setor público não foi diferente. **Além de mais uma reforma da previdência, da redução dos gastos sociais (PEC 95/16), da brutal redução de salários, a reforma administrativa, que representaria o desmonte total do serviço público, não passou graças à luta incessante de diversas entidades de servidores,** com o apoio de diversas categorias do setor privado e, especialmente, de parlamentares verdadeiramente comprometidos com os trabalhadores.

Por isso tudo, é momento de mudar o rumo, de reverter o quadro. **Somos uma só classe. Precisamos seguir unidos na luta e, nas eleições, estarmos ao lado das candidaturas que representem os anseios dos trabalhadores**, exigindo delas, quando eleitas, a implementação de políticas que revertam a brutal

crise econômica, que atinge de forma mais agressiva os trabalhadores e especialmente os setores mais pobres de nossa população.

Nesse contexto, os investimentos públicos são vitais para tirar o país da crise e para gerar empregos. Como já dissemos, em um país marcado pelas desigualdades, a luta pela garantia de um serviço público de qualidade é de todos e passa, por exemplo:

a. pela defesa do Sistema Único de Saúde, das universidades e escolas públicas;

b. pelo fim do teto de gastos imposto pela PEC 95, de modo a garantir no orçamento os recursos necessários para saúde, educação, ciência e tecnologia, segurança e combate à corrupção, por exemplo; e

c. pelo respeito ao concurso público e à estabilidade do servidor, afastando, de vez, novas tentativas de desmonte do serviço público, com o único objetivo de entregá-lo a setores empresariais.

Por isso, a luta pelo serviço público de qualidade é mais um motivo para que trabalhadores do setor privado e do setor público atuem em conjunto.

Entendemos, também, que o Sindilegis pode auxiliar na interlocução das demais categorias com os parlamentares, pois bem sabemos quanto é difícil e importante a intervenção no parlamento.

Além da defesa dos interesses da classe, o atual momento exige uma postura firme e vigilante dos trabalhadores em defesa do Estado Democrático de Direito, motivo pelo qual **o Sindilegis aderiu à importante iniciativa de diversas entidades que fizeram o chamado para a assinatura da "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito"** e aproveita a oportunidade para conclamar todas as entidades a participarem do movimento.

Esse encontro é apenas o primeiro passo e, a partir dele, podemos construir uma estratégia permanente de atuação também nos estados para:

a. formar grupos de trabalho com a participação de todos os setores, para seguirmos discutindo os temas relevantes e divulgando o material do Pensar Brasil;

b. realizar eventos similares ao Pensar Brasil nos estados, para, nas nossas entidades, nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores, nas universidades/escolas e nas associações de moradores, garantirmos debates com os candidatos locais (governos estaduais, Senado Federal, Câmara dos Deputados e assembleia) para que apresentem quais são suas propostas que atendem aos interesses dos trabalhadores;

c. alinharmo-nos com candidaturas que demonstrem efetivamente defender os interesses dos trabalhadores; e

d. unificarmos a luta onde possível, antes, durante e depois das eleições.

Concluindo, esperamos que o evento contribua para aumentar o nível de consciência de nossas categorias, para que tenhamos um voto consciente, pois **só a atuação consciente da classe trabalhadora mudará o Brasil.**